

Sindsep participa de audiência pública sobre riscos da PEC 38/25 à estrutura do serviço público

O Sindsep marcou presença, dia 25, em audiência pública realizada em Brasília, por meio do seu vice-presidente, Raimundo Pereira. A atividade foi convocada pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), coordenadora da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, e teve como foco o debate sobre a PEC 38/25, proposta de reforma administrativa apresentada pelos deputados Hugo Motta, Pedro Paulo, Zé Trovão, entre outros.

A proposta, apelidada de “PEC 30itão”, vem sendo alvo de críticas de especialistas e entidades representativas por ameaçar direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e por abrir brechas para a ampliação da participação privada em serviços sob responsabilidade direta do Estado.

Protocolada com o número



mínimo de assinaturas — 171 —, a PEC enfrenta crescente contestação no Congresso Nacional. Até o momento, 27 deputados já solicitaram a retirada de apoio, incluindo parlamentares de partidos ligados aos próprios autores da matéria. Para inviabilizar a tramitação, são necessárias ao menos 86 retiradas de assinaturas.

O Sindsep tem atuado de

maneira firme contra a proposta, ressaltando que a reforma representa um retrocesso para os servidores públicos e poderá resultar no desmonte do serviço público nas três esferas. A entidade reforça seu compromisso permanente na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público federal no Maranhão e em todo o país.



Risco de retrocesso: Congresso ameaça derrubar vetos de Lula ao PL da Devastação

Votação prevista para esta quinta (27) coloca em risco vetos sobre autolicensing, ignoram direitos de povos e fragilizam proteção ambiental. CUT e sociedade civil exigem manutenção das garantias

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)

21 DIAS DE ATIVISMO PELO
FIM DA VIOLENCIA
CONTRA A MULHER



UNA-SE PARA ACABAR COM A VIOLENCIA DIGITAL
CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS

CUT



Sanção da lei que garante isenção do IR até R\$ 5 mil: vitória da classe trabalhadora

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona, nesta quarta-feira (26), em seção solene às 10h30, no Palácio do Planalto, em Brasília, a lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

A decisão marca uma das mudanças mais estruturais na política tributária recente do país e responde a uma demanda antiga da classe trabalhadora, que vinha perdendo renda com a defasagem da tabela do IR.

Esta é uma conquista direta da classe trabalhadora. O avanço resulta de uma luta histórica da CUT e dos movimentos sociais, que pautaram a justiça tributária como tema central da agenda pública e cobraram uma revisão que aliviasse o peso sobre os salários mais baixos.

A medida nasce do Projeto de Lei (PL) 1.087/2025, aprovado por unanimidade no Senado em 5 de novembro de 2025, após tramitar na Câmara dos Deputados. O texto estabelece isenção integral até R\$ 5 mil, redução gradual do imposto para rendas entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350 e maior tributação para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês. A nova regra passa a valer a partir de 1º de janeiro de 2026.

A força da classe trabalhadora

O processo legislativo só avançou porque veio acompanhado de forte mobilização sindical e social. A CUT, em conjunto com diversas organizações, realizou um plebiscito nacional em todas as regiões do país ao longo de

103 dias e recolheu 2.118.419 votos em defesa da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil e contra a escala de trabalho 6x1.

O plebiscito cumpriu papel decisivo: deu visibilidade, legitimidade e urgência ao tema, articulando base sindical, redes de comunicação e pressão parlamentar. Foi a combinação entre rua e articulação institucional que colocou o IR na agenda do Congresso e impôs custo político a quem resistia à mudança.

A isenção em números

Segundo o Ministério da Fazenda, 10 milhões de trabalhadores serão beneficiados diretamente pela nova faixa de isenção. Somadas as medidas já adotadas em 2023 e 2024, cerca de 20 milhões de brasileiros deixaram de pagar imposto desde o início do governo Lula. Com a nova regra, 65% dos declarantes — algo próximo de 26 milhões de pessoas — se tornam totalmente isentos.

A renúncia fiscal, estimada entre R\$ 25 e R\$ 26 bilhões, será compensada pela taxa mínima sobre rendas muito elevadas, acima de R\$ 600 mil anuais, com alíquota efetiva que pode chegar a 10%. Esse mecanismo reforça a progressividade e aproxima o Brasil de padrões internacionais de cobrança sobre altos rendimentos, tema há anos defendido pela CUT.

O impacto para os trabalhadores

A isenção amplia a renda disponível, fortalece o consumo básico e corrige parte da regressividade do sistema, que historicamente penaliza quem vive do salário.



Para o movimento sindical, o ganho também se expressa no ambiente político: a vitória fortalece negociações futuras sobre temas como jornada, piso salarial e proteção social.

Em entrevista ao site da CUT, o presidente da entidade, Sérgio Nobre, afirmou: “A isenção de até R\$ 5 mil, em muitas categorias, equivale a um 14º salário. É um mês de salário a mais no ano do trabalhador que vai ajudar a pagar contas, consumir e movimentar a economia. Por consequência, isso vai gerar emprego, produção, desenvolvimento industrial e distribuição de renda.”

A força da organização coletiva

A sanção da lei reafirma que justiça tributária não é promessa distante, mas resultado da mobilização de trabalhadoras e trabalhadores que lutam para que o país seja mais justo para quem sustenta a economia com seu trabalho.

“A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil é uma conquista histórica, fruto de muita mobilização e articulação da classe trabalhadora. Isso mostra que, quando a sociedade se organiza e pressiona, mudanças reais acontecem”, destacou Sérgio Nobre.

Fonte: CUT